

## **A Informação *Fast Food* e o Teto Hermenêutico dos Jornalistas<sup>1</sup>**

Patrícia Cordeiro da SILVA<sup>2</sup>  
Cátia Rejane Liczbinski SARRETA<sup>3</sup>  
União Educacional de Cascavel, Cascavel, PR

### **Resumo**

Para que se pratique deveras um jornalismo informativo, faz-se necessário produzi-lo de forma que contemple o Direito Fundamental a Informação, consagrado na Constituição Federal. Dessa forma ultrapassando a realidade sensível, que deve ser apenas um ponto de partida, interligando com o mundo inteligível, promovendo a fusão de horizontes, essencialmente para ultrapassar o teto hermenêutico, que é uma barreira para o real. No entanto, o jornalismo contemporâneo demonstra estar imerso em uma categoria de pré-significações, pré-interpretações que não permitem a fusão de horizontes, não possibilitando uma interpretação para além do aparente. Logo, produz-se informação *fast food*, diluídas, plastificadas e simplificadas, que terão fácil aceitação, por não construírem nada, ou melhor, construírem a (des)informação.

**Palavras-chave:** jornalismo; hermenêutica; informação.

### **1. O papel do jornalista, Código de Ética e o Direito fundamental Constitucional a informação**

A missão do profissional da notícia é levar informação ao cidadão, afim de esclarecê-lo sobre os acontecimentos, dar-lhe instrumentos para que torne-se crítico frente ao sistema, e construa suas opiniões e convicções com base na realidade e não na imagem deturpada dos fatos. Em outras palavras, deve o jornalista apontar a direção que se deve olhar, mas jamais dizer o que deve ser visto.

Kunczic, aduz que o jornalismo é defendido por Koszyk e Pruys (1976), como a profissão de quem reúne, detecta, avalia, difunde as notícias, bem como, quem comenta os fatos do momento. E jornalista na visão de Donsbach (1978), como quem está envolvido no processo de produção do conteúdo de massa, que compreende desde a reunião até a divulgação, processamento, comentários etc.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo da Intercom Júnior – X Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 4º. semestre do Curso de Jornalismo e 6º. Semestre do Curso de Direito na União Educacional de Cascavel – UNIVEL. Aluna integrante do Projeto de Pesquisa vinculado ao CNPq: O Direito Humano Fundamental a Cultura, sua diversidade e efetivação, vinculado ao CNPq. E-mail: patricias\_silva@live.com

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Doutora em Direito pela UNISINOS; Professora do Curso de Direito na União Educacional de Cascavel – UNIVEL; Coordenadora do Projeto de Pesquisa vinculado ao CNPq: O Direito Humano Fundamental a Cultura, sua diversidade e efetivação. E-mail: catia\_sarreta@hotmail.com

Ou seja, o papel do jornalista é a divulgação de informações, que deve(ria) ser pautada no Direito fundamental à informação, consagrado na Constituição Federal brasileiro art. 5º, XIV, que dispõe: “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Previsão que consta igualmente no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, como elemento que norteia toda a construção do código, através do art. 1º: “O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros tem como base o direito fundamental do cidadão à informação, que abrange direito de informar, de ser informado e de ter acesso à informação”.

Na sequência adverte que por tratar-se de um Direito Fundamental, não deve ser suprimido por nenhum tipo de interesse, devendo o profissional primar pela veracidade dos fatos e do interesse público, e ainda defende que a liberdade de imprensa acarreta o compromisso social.

O Código de Ética faz um apontamento de como deve ser a conduta do jornalista, elenca o compromisso com a verdade, a correta divulgação dos fatos. E, inclusive, define como premissa essencial, o combate ao arbítrio, autoritarismo, opressão, delineando que o profissional deve agir de acordo com os princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Entre seus deveres estão: divulgar informações de interesse público; combater formas de corrupção, principalmente as que visam controlar a informação; defender os princípios constitucionais e lutar pela liberdade de expressão e pensamento.

Dentre os apontamentos sobre o que o jornalista não pode fazer está a submissão a procedimentos contrários à correta apuração e divulgação dos fatos, o impedimento a exposição de opiniões distintas. Devendo ele segundo o código: “ouvir sempre, antes da divulgação dos fatos, o maior número de pessoas e instituições envolvidas em uma cobertura jornalística, principalmente aquelas que são objeto de acusações não suficientemente demonstradas ou verificadas” (Art.12, I). Quando a publicação for de sua autoria, ou que tenha sido o responsável, precisa promover o direito de resposta as partes envolvidas/mencionadas na matéria.

### **1.1. Jornalismo: Como são feitas as notícias**

Raramente os leitores/expectadores questionam-se acerca de como são feitas as notícias que recebem, sob as condições de produção, se a opinião e posição ideológica do jornalista e da empresa onde trabalha influi. O jornalismo no imaginário comum ainda é bastante sacralizado e purificado, no sentido de haver ainda a crença de que ele é o reflexo

puro da realidade. No entanto, as teorias da comunicação e a própria práxis demonstram justamente o inverso. Não é este um campo neutro, um mosteiro dos “sábios”, ao qual devemos “engolir” toda e qualquer informação sem questionar, encarando como verdade suprema.

O jornalismo busca a novidade, o inusitado, o diferente, algo que sobressaia o cotidiano, visando impactar e conquistar seu público. Para tanto Pierre Bourdieu (1997), revela que é comum nas redações ler o material do concorrente, sabendo o que o outro publica, a priori reduz-se o risco de produzir-se mais do mesmo.

Entretanto, no jornalismo ocorre o oposto, Bourdieu explica que nesse ramo gera a homogeneização das notícias, pelo fato dos profissionais estarem imersos a um tipo de visão e raciocínio, acabam por produzir matérias com pequenas diferenças; que aos olhos deles são grandes, gigantescas, não percebendo que para o leitor passam imperceptíveis. Desconstruindo a ideia de que a concorrência diversifica, pois os jornalistas estão submetidos às mesmas pressões e restrições, então ao comparar notícias vemos que elas apenas mudam de lugar dentro do jornal, mas basicamente são as mesmas, e destaca também a facilidade com que os profissionais trocam de empresa. A concorrência os leva a fazer coisas que não fariam se os outros não existissem. E finaliza: “Essa espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente produz um formidável efeito de barreira, de fechamento mental” (p. 33).

Ao basear seu trabalho no outro e vice e versa, o jornalista passa a ser a cópia da copia, gasta seu tempo em círculos da informação, ao invés de buscar e apostar em novas fontes de construção do jornalismo. Os veículos de informação passam a ser uma sombra, não há originalidade, diversidade.

Outra problemática na produção de conteúdo jornalístico, é a parcialidade de suas escolhas, como denota o autor, há sempre um caderninho de telefones de profissionais, para servirem de fontes em entrevistas - sempre os mesmos, com a mesma ideologia, ponto de vista, logo a interpretação sobre os fatos pouco difere (Bourdieu).

A própria escolha do material a ser veiculado revela. Raramente se verá notícias contrárias a um patrocinador. Há vários fatores que determinam quais serão as informações mostradas e como serão, dentre elas o fator econômico, político, mas também a detenção da propriedade. No entanto, ele alerta que se víssemos apenas os nomes dos donos dos veículos de comunicação e a lista de patrocinadores, pouco saberíamos, pois há outros

donos por detrás desses meios, e cita que o Canal ABC é da propriedade da Disney, por exemplo.

As escolhas não são neutras, como os jornalistas forçam parecer, elas são baseadas em vivências, educação, e vida como um todo. E refletem no que é noticiado, bem como na forma em que é noticiado. Basta lembrar-se das manifestações que iniciaram com mais força em junho de 2014, veículos notavelmente de esquerda anunciaram os protestos em que foi utilizada a tática Blac Bloc, e usaram a denominação própria. Já os mais conservadores, os chamaram de vândalos, destruidores. Ou seja, lendo um jornal ou assistindo a programação televisiva, é possível conhecer mais do jornalista e o veículo a qual pertence do que propriamente informar-se dos fatos.

Para a teoria do agendamento, a mídia tem poder de decisão, sobre o que se pensa e como se pensa e com que termos discuti-se. Mario Cesar Soares (2009) cita McCombs para explicar que são três os níveis de influências que agendam os assuntos, são eles: o governo, porta-vozes, campanhas eleitorais, depois o agendamento entre os próprios meios de comunicação e por fim, as normas e tradições do jornalismo, o que acaba gerando hegemonia da notícia.

E o jogo de palavras que muitas vezes passa imperceptível, exerce poder, as palavras não apenas descrevem a realidade, mas a criam. Streck (2004) é certo quando afirma: “Não falamos sobre aquilo que vemos, mas sim o contrário; vemos o que se fala sobre as coisas” ( p.197).

Os jornalistas procuram o extraordinário para noticiar, e quando não o encontram transformam o ordinário em extraordinário, por isso usam uma linguagem mais pesada, que tende a dramatização, ao sensacionalismo, e com essas palavras não percebem o estrago que podem causar, pois iram medos, fantasias fobias ou representação falsas. Essa busca pelo diferente que todos perseguem, acaba resultando na uniformização e na banalização (BOURDIEU).

Pierre revela que ao tecer alguma análise sociológica sobre a formação ou fabricação da programação, como ele mesmo diz, não raro confunde-se a uma crítica ao próprio jornalista, como se o trabalho de (des)velamento dos mecanismos de produção, fosse um ataque dirigido a uma pessoa, de forma pessoal. Cristalizando que o manipulador a priori, no caso o jornalista, passa a ser manipulado, de forma inconsciente.

Bourdieu defende que a televisão pratica um ocultar mostrando, no sentido que traz a falsa noção de estar informando, trazendo um sentido que não corresponde à realidade. E como sinaliza Warat (1996):

A produção do pensamento e da verdade não é feita senão através do exercício da autoridade e de forma articulada com a produção e difusão do poder. Falar, escrever, e ensinar implicam pertencer a uma instituição ao mesmo tempo linguística e política. A universidade contemporânea também converte e evangeliza. Não há nela linguagem neutra e inocente; ela cristaliza sempre um relação histórica de forças, através de mecanismos de ritualização que por sua vez, contribuem para a ocultação das técnicas de manipulação social. O mosteiro dos sábios sempre necessita de discípulos obedientes e silenciosos que reproduzem a voz do mestre (WARAT, 1996, p.18).

Promovendo assim um retrocesso, não é possível que arbitrariedades só sejam vistas quando o outro realiza, reconhecer que onde estamos inseridos não constitui em mosteiro, santo, livre de arbitrariedades já é um grande passo, que pelo visto ainda não alcançamos.

Essa produção em círculo fechado da informação tem grande força, porque é uma espécie de censura invisível. A verificação se dá quando percebemos que uma notícia de um assunto diferente não passa pelo próprio crivo da mídia, e não é noticiada, salvo se for assinada por algum nome importante.

## **1.2. A razão das notícias serem como são e os óculos dos Jornalistas**

Entender a razão das notícias serem como são, é fundamental para romper a alienação, a partir da compreensão do processo é possível pensar em modificá-lo e buscar a construção dum conteúdo jornalístico baseado em escolhas mais racionais, capazes de conduzir a informação e destruir a desinformação.

Traquina (2004) explica há várias teorias utilizadas para explicar, a razão das notícias serem como são. A primeira delas é a teoria dos espelhos, segundo a qual, as notícias são como são porque refletem a realidade – que é majoritariamente aceita pelos jornalistas. A segunda é a teoria organizacional, em que os jornalistas moldam/conformam-se mais com a política organizacional do que com suas crenças pessoais, e acabam socializados, através do sistema de punição e recompensa; dito de outro modo, a influência da linha editorial, exerce influência sobre como são as notícias que vemos.

Ainda segundo Traquina, a teoria de *gatekeeper*, foi a primeira na literatura acadêmica sobre o jornalismo, e refere-se à tomada de decisões, baseadas em outras séries

de decisões. O termo surgiu em 1947, através do psicólogo Kurt Lewin, que o publicou num artigo,

Nos anos 50 David Manning White inaugurou a aplicação no jornalismo. Segundo essa teoria as escolhas devem passar pelos *gates* (portões), que são as áreas de decisão do *gatekeeper* (jornalista), que definirá o que será noticiado. David Manning White publicou um estudo que foi fruto da seguinte experiência: pediu a um jornalista que anotasse durante uma semana as razões de rejeitar as notícias que não usaria. E concluiu que, é uma escolha subjetiva e arbitrária, que depende de juízos de valor, baseados na vivência, atitudes e expectativas. Nesta experiência foram 56 enunciados rejeitados, e White conclui que a rejeição se dá pela pouca importância atribuída, e a seleção a partir de muitos relatos sobre o mesmo fato (Traquina).

De acordo com Traquina, em meados do século XIX, surgiu o novo jornalismo ou o jornalismo da informação, que buscava a separação entre opinião e fato. Já nos anos 20 e 30 do século XX, surge nos Estados Unidos, o conceito de objetividade, que veio justamente para auxiliar essa separação. E Michael Schudson, citado pelo autor, esclarece que a partir da ideologia da objetividade, a crença nos fatos foi substituída pela crença e fidelidade aos métodos e procedimentos para apurar os fatos.

Lembra Traquina, que o jornalista Walter Leppmann, defendeu em seu livro “Opinião Pública” que deveriam os jornalistas buscar no método científico e nos procedimentos profissionais, o antídoto para a subjetividade.

Essa crença na epistemologia faz com que o campo jornalístico não aceite críticas à teoria dos espelhos, segundo a qual as notícias refletem a realidade, e acreditam os jornalistas que são imparciais, pois respeitando os métodos e procedimentos, simplesmente reproduzem os fatos (Traquinas). Um claro, álibi teórico, o método como manto de purificação e sacralização do material produzido. E bem salienta Warat (1982):

No momento em que o discurso epistemológico, em nome do método, pretende buscar a solução dos conflitos do conhecimento, de modo imanente ao mesmo conhecimento, transforma-se em um discurso fácil de ser estereotipado, que serve para reivindicar, miticamente, um lugar neutralizado para a própria atividade profissional (WARAT, 1982, p.52).

Pierre usa exemplos, de Patrick Champagne, em “La Misère du monde” para explicar seu ponto, de que os jornalistas fazem uma espécie de recorte da realidade, e que essas escolhas são inteiramente particulares, guiadas por suas percepções próprias, como se

usassem óculos que selecionará com base na educação recebida: “Os jornalistas têm “óculos” especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado” (p.25).

Os óculos dos jornalistas funcionam com “graus” de interesses, alguns do padrão e outros dele próprio para ganhar reconhecimento ou simplesmente manter seu emprego, com o passar do tempo, fica menos questionador neste sentido, instrumentalizando sua atuação.

Outro exemplo que Bourdieu tira de Patrick Champagne, é que antes para fazer um protesto e reivindicar algo, era preciso sair as ruas com cartazes, hoje basta contratar um consultor em comunicação, que ele fará truques para atrair os jornalistas que irão noticiar como se fosse um grande evento, multiplicando o efeito da manifestação, chegando a convencer que um grupo enorme existe.

A televisão é um meio poderoso para a construção da realidade, tem o poder de fazer crer, podendo fazer existir ideias e representações e ser capaz de desencadear sentimentos fortes, comumente ruins, como o ódio, racismo, xenofobia e etc, agindo como um instrumento de criação da realidade (Bourdieu).

Importante lembrar que a televisão é também um excelente instrumento para disseminação de conteúdo (inteligível). Marshall McLuhan, em “Teoria da cultura de massa”, que é uma seleção de artigos, realizada por Luiz Costa Lima, deixou isso claro, no seu artigo intitulado “Visão, som e Fúria”, relatando que realizou uma experiência com estudantes, os dividindo em quatro grupos, e cada grupo recebeu a mesma informação de forma diferente, o primeiro ouviu no rádio, o segundo leu num livro, o terceiro assistiu a uma aula, e o quarto recebeu a informação pela televisão. Ao aplicar um questionário sobre a apreensão e compreensão do conteúdo, surpreendeu-se, pois quem assistiu na televisão teve um melhor desempenho, e o resultado sobre a eficácia do meio foi, respectivamente: televisão, rádio, aula em sala, e por último o livro. E finalizou: “É certo, porém, que os chamados meios de massa não são necessariamente predestinados a serem apenas canais de diversão popular” (p.150)

## **2. *Fast Food* da Informação**

A concorrência e a urgência em transmitir, acabam gerando os pensamentos rápidos, essas pessoas que pensam com tamanha agilidade, podem na verdade não estar pensando,

mas apenas proferindo discursos que já conhecemos e já são aceitos por nós, ou seja, pensam com ideias feitas. Não há problema na recepção da informação. Ao contrário do que aconteceria se apresentassem um genuíno pensamento, que é por natureza subversivo, e começa por desmoronar ideias feitas, e na sequência deve demonstra sua lógica, porém, leva tempo para ser construído..

Mas, de acordo com Bourdieu, a televisão prefere os pensamentos rápidos, o que está pré-pensado. Até mesmo na ora da procurar fontes, o mais comum é ter pessoas pré-estabelecidas que falem sobre determinados assuntos. Procurar alguém “desconhecido”, mas que talvez teria algo mais interessante para dizer, daria trabalho, levaria tempo, é mais fácil ter uma caderneta que nomes e telefones que pouco se altera.

Para constar-se a veracidade, basta ligar-se a televisão em programas sensacionalistas, que trabalham basicamente em cima de ideias pré-dadas. Como quando, por exemplo, falam que direitos humanos só defendem bandidos, há uma ideia pré-estabelecida na cabeça de grande parte dos cidadãos que não buscam informação, que é isso mesmo. Ao preferir tal sentença, não é preciso refletir, pois há um consenso sobre a questão. Esse tipo de jornalista constrói sua carreira com base em não-pensamentos, mas repetições, papagaiadas, que, no entanto faz crescer a audiência. Pois o verdadeiro pensar, gera inquietação, mas o lugar comum não, e logo gera conforto nos ouvidos dos telespectadores/leitores que anseiam justamente por isso, um “senhor” que lhe professe “verdades”, note que não há novidade.

### **2.1. A (in)formação plastificada, diluída e simplificada**

A construção de opinião racional e inteligível do leitor/telespectador somente poderá ser realizada mediante o acesso e obtenção de informações de qualidade, que mostre as diferentes opiniões sobre os fatos. Pois, caso seu ponto de partida seja distorcido, não haverão premissas futuras que o conduzam ao esclarecimento, com bases podres não constrói-se prédios sólidos.

A programação por sua vez, é projetada para o que o público está acostumado, porém com a imagem de novo. Decidem o que devemos pensar, o que devemos olhar, dizem-nos quais são os problemas das escolas, das favelas, e como “resolver” a violência (Bourdieu).



Outra prática comum é tentar levar o suposto reflexo do povo para a TV, através da participação que é uma espécie de recorte bruto do “cotidiano” ou do que se quer que seja o cotidiano, através de programas de participações, e plateias que buscam a visibilidade.

Pierre alerta:

Nossos apresentadores de jornais televisivos, nossos animadores de debates, nossos comentaristas esportivos tornam-se pequenos diretores de consciência que se fazem, sem ter de forçar muito, os porta-vozes de uma moral tipicamente pequeno-burguesa, que dizem “o que se deve pensar” sobre o que chamam de “os problemas de sociedade”, as agressões nos subúrbios ou a violência na escola (BOURDIEU, 1997, p. 65).

Mais uma vez cria-se o público que se espera, e incluem todos naquela deturpada amostra, o programa “Casos de família” exibido pelo SBT (Sistema Brasileiro de Televisão), por exemplo, leva pessoas para discutir sua vida particular, e depois ainda implantam a ideia que esse é o povo brasileiro, quando na verdade, é esse o povo brasileiro que eles privilegiam mostrar.

Logicamente o espaço poderia ser melhor aproveitado, discutindo-se problemas e não pessoas, vida particular. Mas talvez teríamos o argumento de que não daria audiência, porém lembrando que a televisão tem o “poder” de criar realidade, quem sabe poderia criar o interesse por assuntos mais inteligentes, ou melhor, inteligentes. No entanto, caso isso viesse a ocorrer, pela primeira vez na história veríamos um poder suicida, porque iria sem dúvidas acabar com sua própria capacidade de manipulação.

Em suma, trata-se de um tipo de informação que traz texto, mas não contexto, por isso é plastificada, diluída e simplificada. Falar de interpretação não pode ser recortar um fato isolado e tentar explicar o mundo a partir disso, é preciso avaliar e considerar o todo. Está é uma visão anterior à virada linguística da filosofia, baseada ainda na filosofia na consciência, em que separa o sujeito do objeto e cria uma análise a partir disso.

Parafraseando Lenio Streck: “Escrevo/produzo/apresento conforme minha consciência”. Óbvio que não é possível livrar-se da carga axiológica, mas não podemos produzir material jornalístico baseando-se unicamente nela, salvo nos programas e edições reservadas ao gênero opinativo. No entanto, não raro reveste-se o opinativo, com aparente neutralidade, e como saliente Bourdieu, a televisão tem o poder de criar verdades.

### 3. O conhecimento sensível e o Teto Hermenêutico dos Jornalistas

O primeiro conhecimento que temos acesso é o sensível, não é possível avançar sem passar por ele, figura-se nesse sentido como ponto inicial à compreensão. E como tal deve ser ultrapassado, em busca do inteligível que baseia-se em escolhas e argumentos racionais.

O conhecimento sensível é para Platão, a crença e a opinião, este jamais chagaria a verdade, que somente seria alcançada através do conhecimento intelectual. Ele e Descartes sinalizam que é preciso fazer essa ruptura/separação. Já Aristóteles e Locke, diferem e afirmam que o conhecimento intelectual não se dá através dessa ruptura, mas sim se realiza por degraus, parte do sensível até chegar ao inteligível, nas ideias (CHAUÍ, 2000).

Marilena Chauí, para esclarecer sobre o conhecimento sensível, cita o mito da caverna de Platão, em que supondo que seres humanos desde a infância ficassem aprisionados em uma caverna subterrânea por gerações, presos e forçados a olhar somente numa direção, numa perspectiva, e houvesse uma abertura que provesse luz de uma fogueira que está do lado de fora, e tivesse sido erguida uma mureta, semelhante a um palco de marionetes; e passassem ali todo tipo de criatura, homens, animais, homens carregando estatuetas, e suas sombras fossem projetadas numa parede da caverna. Quem estivesse preso na caverna acreditaria que as projeções são as próprias coisas, o real.

Logo, defende Chauí, citando o raciocínio de Platão, que se um deles fosse libertado veria que por anos, ele e sua geração acreditaram em premissas falsas, como se as sombras fossem as próprias coisas. Depois voltaria a caverna para contar aos outros o que viu, e tentaria libertá-los. Mas seria ridicularizado, ninguém acreditaria nele, tentariam silenciar-lo, e se continuasse afirmando que há mundo além da caverna acabaria sendo morto. Mas talvez contra a vontade dos demais, alguns o ouviriam, e tentariam igualmente libertar-se, para de fato alcançar a realidade.

Assim é o teto hermenêutico, preso a realidade sensível, o jornalista não consegue ver além, e quando alguém vê logo é massacrado, estigmatizado, reduzido. É um bloqueio, uma barreira, que não é quebrada por pré-conceitos, pré-definições, não aprenderam ver o mundo de outra forma. E como alertou Bourdieu, os jornalistas leem uns aos outros, logo isso constrói um tipo de campo de significações, e com o passar do tempo suas pré-significações vão ficando mais fortes e fechadas, e é muito difícil arriscar algo novo, pois aconteceria como o sujeito que saiu da caverna e voltou, mas foi tratado como louco.

Há muito o jornalismo vem demonstrando que está imerso no conhecimento sensível, no teto hermenêutico. Um episódio que pode ser destacado como exemplo, desse teto hermenêutico, é a cobertura da manifestação ocorrida no dia 19 de junho de 2014, em que o MPL (Movimento Passe Livre) comemorava um ano de revogação do aumento de 0,20 centavos do transporte público paulista e alguns protestavam contra a Copa do Mundo. Houve participação de pessoas que usaram a tática Black Bloc, para manifestar, quebraram quatorze agências bancárias e depredaram a concessionária da Mercedes-Benz.

Os portais: O Globo, Último Segundo Brasil, Apurarana Notícias e Metro Jornal, divulgaram que houve quebra-quebra, vandalismo, depredação por parte dos Black Bloc's. Descreveram sucintamente as motivações da manifestação feita pelo MPL. A preocupação central de todas as matérias foi à destruição de patrimônio, mas em momento algum explicou-se, mesmo que minimamente a motivação da tática Black Bloc.

Ora, por que destroem bancos, concessionárias e símbolos de grande concentração do poder econômico? Por que somente em manifestações? Por que não destroem farmácias? Praças? Parque de diversão? Bancas de jornal? Parque de crianças? Contra o que protestam? Quais são suas motivações? O que alegam em defesa? Qual é a sua versão da história?

São essas perguntas que o teto hermenêutico não deixa chegar, pois os profissionais ficam presos lá na primeira fase, a do conhecimento sensível, hipoteticamente explicando: “Olha, estão quebrando bancos, e concessionárias”, no outro dia a notícia sai: “Vândalos quebram bancos e concessionárias de luxo”. Genial, não? O que informou além do sensível, do aparente? nada. Lenio Streck define esse tipo de deslocamento como um das operações fundamentais do processo ideológico:

Ou seja, a partir desse deslocamento, não se discute, por exemplo, o problema dos direitos humanos e da cidadania, mas sim, sobre (e a partir) dele. Uma das operações fundamentais do processo ideológico consiste na passagem do discurso de ao discurso sobre (STRECK, 2004, p. 75)

Não há interesse em se discutir o Black Bloc, quando atua, que bandeira defende, e mostrar que combate essencialmente os abusos policiais. Logo se não pode discutir-se o Black Bloc, porque os “donos do poder” seriam prejudicados, discutimos sobre o Black Bloc, os danos que causam, e por fim acabam reduzidos a vândalos, e tipificados em algum artigo penal. Com o teto hermenêutico, os jornalistas criam uma censura para si mesmos, uma prisão invisível.

### 3.1. Fusão de horizontes

A interpretação não é possível ser feita em partes isoladas, ela dá-se no todo, na soma de processos, e não na exclusão de um, em privilégio do outro, mas na junção, que deve considerar o maior número de elementos e perspectivas possíveis, promovendo assim um choque de informações, para de fato termos a noção do real.

A partir do Hermenêutica Jurídica e(m) Crise, Lenio Streck, defende uma interpretação que seja fruto de uma fusão de horizontes, própria da filosofia da linguagem, que superou a filosofia da consciência, que interpretava por partes, separando sujeito e objeto, que muito agrega quando pensada e aplicada no âmbito jornalístico. A interpretação proposta é semelhante ao que propuseram Aristóteles e Locke, de que para chegar ao conhecimento inteligível, é preciso passar pelo sensível, mas destaque-se que é passar, e não permanecer, ficar, estacionar ou estagnar.

Logicamente não é possível abandonar todas as pré-compreensões e nem é isso que o Lenio propõe. A interpretação só pode ocorrer a partir de que tenhamos certo patrimônio de ideias, contudo, isso não pode ser um teto hermenêutico, mas somente um ponto de partida. A compreensão se dá na totalidade, no choque de horizontes. Mas o teto hermenêutico, não permite que isso aconteça.

Gadamer, citado por Streck, diz que, ao ler-se um texto não é que temos que esquecer tudo, mas que devemos estar abertos à opinião do outro; adaptando ao contexto do jornalismo, pode-se dizer que, ao escrever um texto não é preciso esquecer tudo, mas estar aberto a conhecer, descobrir, quebrar as próprias barreiras de compreensão. Mesmo o jornalista não podendo livrar-se de sua consciência, a interpretação não pode ser reduzida a ela, aí estaríamos no teto hermenêutico, produzindo informação *fast food*, mais do mesmo. Hermenêutica não é método, é filosofia e a consciência é só um ponto de partida.

Kunczik, defende que o jornalismo, deve ser de desenvolvimento, que é uma tentativa de usar a ciência da comunicação para modificar/transformar o país, para isso coloca a dignidade da pessoa humana no centro de tudo, como verdadeiro corolário. E esclarece que a função desse jornalismo é aumentar as chances de participação no mundo, e finaliza: “em uma palavra: dar sentido às coisas”. Para isso deve ter uma postura crítica frente ao Estado e a realidade social, no entanto, exercendo com base nos valores humanos e fundamentais.

Humberto Werneck (2011), em sua obra “Esse inferno vai acabar”, descreve o amigo Jornalista Guilherme Cunha Pinto, como um sujeito que não aceitava as simplificações grosseiras do jornalismo que não raro usa a desculpa dos horários e espaços curtos, para sair em busca de ajustar os fatos a uma pauta. Guilherme ia sem pé atrás e ideias prontas, se permitia surpreender-se, olhava o mundo com curiosidade e jamais pendurava seus entrevistados no pau de arara do jornalismo inquisitorial.

Pelo visto, o jornalismo ainda precisa aprender muito com Guilherme, e não sair a campo com a matéria praticamente escrita, pelo contrário, deve ir com curiosidade, dar ouvidos as diferentes opiniões sobre o assunto, e despir-se de pré-conceitos e pré-definições, que fazem do jornalismo um teatro perigoso, pois ao contrário da peça teatral propriamente em que as pessoas sabem que não é a realidade, no jornalismo nem mesmos os “atores” ter essa percepção, que dirá o público que aceita quase tudo como puro.

### **3.2. Considerações Finais**

A informação *fast food*, é fruto do teto hermenêutico dos jornalistas, que por sua vez origina-se no desrespeito ao Código de Ética do Jornalista e a própria Constituição Federal, que preveem a liberdade de expressão, pensamento e o direito a informação. Essa deturpação do real, cria outra realidade, em que não há espaço para o respeito a tais direitos. O jornalismo deixa de ser o instrumento de mudança, os olhos do cidadão, para ser a cópia dos outros jornais, que são fundados na ideologia de seus donos.

A maneira de romper com o teto hermenêutico é promover a fusão de horizontes, perceber que mesmo a liberdade de expressão, direito expressamente constitucional, não deve ser analisado isoladamente, é preciso avaliar como um todo. O principal desafio ainda demonstra ser a dificuldade de dar voz aos envolvidos na notícia, pois são tratados como se não tivessem o direito constitucional de manifestar-se, quando envolvidos.

O jornalismo que tanto prima pelo diferente, o inusitado, está demorando a perceber que a forma de conseguir essa singularidade é fazendo o mais óbvio, mas nem por isso menos importante, que é respeitar a Constituição e o Código de Ética.

Um dos conhecimentos mais básicos do jornalismo é o Lead (guia), que são as perguntas básicas que uma matéria deve responder, dentre elas estão: O que? Quando? Onde? Quem? Por que? Nota-se claramente que o “por que” há muito os jornais e programas televisivos não respondem, desrespeitando claramente o direito a informação.

Como no caso da discussão sobre a legalização das drogas, muitos são os jornais e programas que mostram os argumentos à favor ou contra, mas raríssimos (ou nenhum) mostra a origem, de por que é proibida, se assim fosse veríamos de veras uma discussão séria, e não um ocultar mostrando, que produz efeitos devastadores na sociedade.

Estado democrático de Direito é construído e mantido com cidadãos bem informados, com senso crítico aguçado, capaz de apresentar resistência quando necessário, habilitado a promover a revolução que conduzirá ao progresso.

## Referências

APUCARANA NOTÍCIAS. **SP: Ato termina em vandalismo de Black bloc e inércia da PM.** Publicado em: 19/06/2014. Disponível em: <<http://www.annoticias.com.br/Noticias/brasil/sp-ato-termina-com-vandalismo-de-black-bloc-e-inercia-da-pm>> Acesso em: 07/07/2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão:** a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Site do Planalto. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 19/07/2014.

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros,** 2007. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/cometica.php>> Acesso em: 19/07/2014.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de Jornalismo – norte e sul.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de Massa.** 5. ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

METRO JORNAL. **Black blocks depredam concessionárias e bancos em SP.** Publicado em: 19/06/2014. Disponível em: <<http://www.metrojornal.com.br/nacional/foco/mascarados-depredam-carro-de-emissora-em-protesto-em-sp-101252>> Acesso em: 07/07/2014.

O GLOBO. **Black Blocs invadem protesto e depredam concessionária em São Paulo.** Publicado em: 19/06/2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/black-blocs-invadem-protesto-depredam-concessionaria-em-sao-paulo-12930451>> Acesso em: 07/07/2014.

SOARES, Murilo César. **Representação, Jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2009.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. 328 p.  
TRAQUIINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Florianópolis, Editora Insular, 2004.

ÚLTIMO SEGUNDO. **Ato do MPL termina após quebra-quebra, foco de incêndio e depredação em SP**. Disponível em: < <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2014-06-19/ato-do-mpl-reune-milhares-de-manifestantes-em-sao-paulo.html>> Acesso em: 07/07/2014.

WARAT, Luís Alberto; PÊPE, Albano Marcos Bastos. **Filosofia do Direito** – Uma introdução crítica. São Paulo: Moderna. 1996.

WARAT, Luís Alberto. **O saber crítico e o senso comum teórico dos juristas**. Sequência. UFSC, Florianópolis, SC, Brasil. V. 03 n. 5 (1982). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/17121> Acesso em: 10/07/2014.

WERNECK, Hurberto. **Esse inverno vai acabar**. Arquipelado Editorial LTDA, 2011.